



06 DE AGOSTO DE 2015

Quinta-feira

- CAMPAGNOLO É REELEITO PARA MAIS 4 ANOS NA DIREÇÃO DA FIEP
- INDÚSTRIA ESTRANGULADA
- BUROCRACIA E PATRIMONIALISMO TRAVAM PRODUTIVIDADE DO BRASIL
- AUTOPEÇA RASSINI ADERE AO PROGRAMA DE PROTEÇÃO AO EMPREGO
- FALÊNCIAS CRESCEM EM JULHO E ACUMULAM ALTA DE 4% EM 2015
- BANCO CENTRAL LANÇA NOVAS REGRAS PARA COOPERATIVAS DE CRÉDITO
- EMPRESA CHILENA COMPRA PARANAENSE BRITANITE
- MARCOPOLO CONTINUARÁ AJUSTANDO RITMO DE PRODUÇÃO ATÉ O FINAL DO ANO
- CAMPANHA DO SEBRAE DEFENDE CONSUMO EM PEQUENAS E MICROEMPRESAS
- ARROGÂNCIA E INTIMIDAÇÃO
- NÍVEL DE PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA RECUA SEIS ANOS NO TEMPO
- INDÚSTRIA NAVAL PODE PERDER EMPREGOS E ENCOMENDAS, DIZ MERCADANTE
- JOHN DEERE INVESTE US\$ 40 MILHÕES NA PLANTA DE MONTENEGRO (RS)
- EMPRESA CHINESA DESISTE DE INSTALAR MONTADORA EM CAMAQUÃ, RS
- WEG QUER MARGEM MAIOR PARA DOBRAR PARTICIPAÇÃO NO MERCADO EÓLICO NO PAÍS
- KWANGJIN, DA COREIA, INVESTE EM FÁBRICA EM SP
- BMW PASSA A MONTAR EM MANAUS A S 1000 R
- AUMENTA A DISTÂNCIA ENTRE O REAL E AS MOEDAS DE PAÍSES EMERGENTES
- METALÚRGICOS DA GM RETORNAM DO LAYOFF EM SÃO JOSÉ
- DELPHI REDUZ TAMANHO NO BRASIL PARA SETE FÁBRICAS
- NAVISTAR TENTA MANTER OPERAÇÃO EM CANOAS

- GRUPO VOLKSWAGEN NOMEIA 44 FORNECEDORES PREFERENCIAIS PARA NOVOS PROJETOS
- GM QUER FAZER MOTOR DIESEL NO BRASIL
- KTM ESPERA VENDER 1,6 MIL UNIDADES EM 2015
- DAF INGRESSA NO FINAME PSI DO BNDES COM XF105
- S&P REBAIXA PARA NEGATIVA PERSPECTIVA DA NOTA DA FRANCESA VALLOUREC
- TERNIUM VÊ LUCRO RECUAR MAIS DE 68% NO SEGUNDO TRIMESTRE
- VALE É DESTAQUE DE ALTA NO IBOVESPA E DÓLAR ESTÁ NA CASA DE R\$ 3,46
- USIMINAS AMPLIA PREJUÍZO NO ANO E FAZ BAIXA CONTÁBIL POR PREÇO DO MINÉRIO

CÂMBIO		
EM 06/08/2015		
	Compra	Venda
Dólar	3,563	3,563
Euro	3,891	3,893

Fonte: BACEN

Campagnolo é reeleito para mais 4 anos na direção da Fiep

06/08/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



O empresário Edson Campagnolo foi reeleito presidente da Federação das Indústrias do Paraná (Fiep) na tarde desta quarta-feira (5). A eleição foi disputada por uma única chapa, que obteve votos de 86 dos 93 sindicatos que votaram, e que agora vai comandar a instituição pelos próximos quatro anos.

A chapa foi formada apesar de uma das propostas de Campagnolo há quatro anos ser o fim da reeleição na Fiep. Segundo ele, a candidatura foi de interesse dos sindicatos que formam a federação.

Campagnolo coloca que muitos dos desafios enfrentados pelo setor industrial nos últimos anos vão continuar na pauta da próxima gestão. A necessidade de elevar a competitividade e articular soluções com o setor público estão entre as prioridades da indústria, que encarou um cenário adverso nos últimos anos.

Dentro da Fiep, uma das ações destacadas pelo empresário dentro dessa agenda voltada para o ganho de eficiência está a criação de institutos de tecnologia e inovação, frutos de um investimento de R\$ 260 milhões e que devem começar a dar resultados nos próximos anos. Os centros são estratégicos para a criação de soluções tecnológicas que poderão ser usadas pela indústria nacional em um momento em que o enfraquecimento do real abre a possibilidade de se exportar mais.

“A saída para a indústria é melhorar a competitividade para alcançar o mercado externo”, explica Campagnolo. Setores como o de carnes, papel e celulose, madeira e automotivo, segundo ele, já começam a se beneficiar do câmbio mais amigável à exportação. Com algum investimento em inovação, outros setores, como móveis e vestuário, entrariam na lista.

A pauta do setor industrial para os próximos anos também traz uma negociação com os governos estadual e federal para que avancem temas que tornem o ambiente melhor para os negócios. “Precisamos de políticas públicas de longo prazo para estimular o investimento. Não adianta baixar um decreto para ajudar uma cadeia produtiva durante um ano”, diz.

Os temas em debate são difíceis, como a necessidade de se regulamentar a terceirização no Brasil. O projeto está parado no Congresso e, da maneira como foi aprovado na Câmara, não atende a necessidade do setor produtivo. Em outra frente, o plano federal de estímulo à exportação, bem recebido pelo empresariado, precisa ser complementado com mais ações para a redução da burocracia.

A Fiep também manterá sua posição contrária à renovação dos contratos do pedágio no Paraná. As conversas entre concessionárias e o governo do estado envolvem uma possível renovação das concessões, em troca da realização de mais obras. Algumas entidades empresariais defendem esse modelo, mas a análise na Fiep é a de que o melhor caminho é esperar o fim dos contratos para se fazer uma nova licitação. Paraná.

A falta de acordo entre as entidades sobre o futuro do pedágio não significa, para Campagnolo, um isolamento da federação. “Queremos envolver o industrial em um modelo de associativismo com outros setores, com participação maior na vida política do país”, diz.

Indústria estrangulada

06/08/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

Os dados da indústria divulgados na terça-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) são alarmantes. A produção industrial caiu 3,2% em relação a junho de 2014. Neste tipo de comparação (de um mês contra o mesmo mês do ano anterior), é a 16.^a vez consecutiva que se registra queda.

O cenário não fica melhor em nenhuma das outras comparações: houve queda de 0,3% entre maio e junho; no acumulado de 2015, a retração foi de 6,3%; no acumulado dos

últimos 12 meses, queda de 5%. Se considerarmos o segundo trimestre deste ano, a produção caiu 0,4% na comparação com o trimestre anterior, e 6,7% em relação ao mesmo período de 2014. Nem mesmo o protecionismo exacerbado está ajudando a indústria nacional.

Nem mesmo o dólar em alta, que facilitaria as exportações, ajudou a indústria brasileira em junho. Isso porque de janeiro a julho de 2015, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, os manufaturados respondem apenas por pouco mais de um terço do volume em dólares exportado pelo país – e, ainda assim, são poucas as indústrias que exportam, dentro do total de empresas brasileiras.

As demais seguem estranguladas, seja porque o real desvalorizado torna mais cara a importação de matérias-primas e outros insumos, seja porque os brasileiros, com a corda no pescoço, estão consumindo menos, seja por causa dos já conhecidíssimos problemas que afetam todo o setor produtivo nacional: carga tributária escorchante, infraestrutura precária, intervencionismo estatal excessivo, baixa produtividade e, mais recentemente, a disparada em preços controlados, como os da energia elétrica.

As duas quedas mais significativas entre maio e junho de 2015, segundo o IBGE, foram verificadas nos setores de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (-12,7%) e de máquinas e equipamentos (-7,2%).

Se pensarmos nas políticas de exigência de conteúdo nacional tão ao gosto do atual governo, e na recusa brasileira de aderir ao primeiro grande acordo mundial para redução de tarifas no setor de tecnologia, é fácil concluir que nem mesmo o protecionismo exacerbado está ajudando a indústria nacional.

Setores de esquerda, contrários ao ajuste fiscal do ministro da Fazenda, Joaquim Levy, certamente aproveitarão os dados para culpar o próprio ajuste pelo baque da indústria e pelas demissões no setor.

Uma breve olhada nos números, no entanto, já ajudará a desmentir a retórica: não apenas a indústria, mas o país como um todo já estava parando pelo menos desde 2014. Como lembramos logo acima, já são 16 meses seguidos em que a produção industrial cai na comparação com o mesmo período do ano anterior – ou seja, dez meses de Guido Mantega e apenas seis de Levy.

A produção já havia caído em 2014: retração de 3,1% após registrar expansão em 2013. Aliás, no mesmo dia em que o IBGE divulgava seus dados da indústria, o Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (Codace) da Fundação Getúlio Vargas atestava que o país está em recessão desde o segundo trimestre de 2014. Trocar o ajuste fiscal pela retomada da “nova matriz econômica” só resultará em mais desastre para a indústria.

A Confederação Nacional da Indústria também divulgou dados preocupantes. O emprego na indústria está no nível mais baixo desde dezembro de 2009; as horas trabalhadas, em junho de 2015, caíram 5,3% na comparação com junho de 2014.

O único dado aparentemente positivo, o aumento da massa salarial (0,8%, na comparação com maio), na verdade é consequência de dois fatores: um deles é o depósito da primeira parcela do 13.º salário, mas o outro é o pagamento de rescisões contratuais, ou seja, resultado das demissões do setor.

Diante de tantos números negativos para uma área tão importante da economia brasileira, chega a ser inacreditável que ainda haja quem ironize as afirmações de que o país passa por uma crise ou uma recessão.

Burocracia e patrimonialismo travam produtividade do Brasil

06/08/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

O emaranhado de regras e procedimentos exigidos pela legislação faz com que as empresas brasileiras gastem, em média, 15 dias a mais do que as de outros países para exportar um produto.

Pior, um estudo do Banco Mundial mostra que, no Brasil, as empresas perdem, em média, 2.600 horas para colocar em dia suas contas com o Fisco — três vezes mais que na Venezuela e 15 vezes mais que na União Europeia.

Esses foram dois exemplos dos danos à competitividade das empresas brasileiras causados pela profusão e complexidade de leis e regulamentações do país, discutidos ontem no seminário

“As velhas e novas faces da burocracia no Brasil”, promovido pelo Instituto Millenium e a plataforma UM Brasil, em parceria com a Federação do Comércio de São Paulo (Fecomercio-SP).

“Fala-se muito em custo da burocracia, mas há o fator tempo (que a burocracia impõe), que num cenário de juros altos traz ainda mais perdas à gestão financeira das empresas”, disse Maria Alejandra Madi, da Unicamp.

O ex-embaixador Rubens Barbosa citou o custo Brasil e a sucessão de medidas equivocadas do governo entre os fatores que roubam a competitividade. Segundo ele, há 63 medidas de defesa comercial vigentes atualmente no país, todas pontuais, mas não existem estratégias de médio e longo prazo para o comércio exterior.

“Vai chegar um momento em que a crise ficará tão pesada que se verá a necessidade de mudar de rota. O Brasil parece uma ilha isolada (do resto do mundo) e, sem nos inserirmos no cenário internacional, maior será a crise.”

Sérgio Lazzarini, do Insper, destacou um “capitalismo de laços”, no qual a forte presença do Estado na economia (seja intervindo como regulador ou como acionista minoritário em diferentes setores) pode abrir espaço para a corrupção.

“As empresas privadas acabam se alinhando com o governo, mesmo que não concordem com esse modelo. Esse alinhamento estratégico invariavelmente resulta em doações de campanha. Nunca vi uma variável explicar tantas coisas no Brasil como as doações de campanha”, disse Lazzarini, referindo-se aos escândalos em série da Lava-Jato.

Patrimonialismo

Nelson Barrizzelli, da USP, lembrou a herança patrimonialista que o país incorporou desde a vinda da família real portuguesa, em 1808.

“O patrimonialismo ficou impregnado na sociedade brasileira, que se materializa no suborno ao guarda de trânsito, por exemplo. Isso combinado com o paternalismo do Estado, que precisa da burocracia para controlar a sociedade, desemboca numa relação promíscua com os donos do capital, que não têm interesse ou não trabalham para que a sociedade seja mais bem administrada.”

No painel “Os novos negócios têm vez no Brasil?”, Fernando Veloso, pesquisador do Ibre, da FGV, destacou as dificuldades para se fazer negócios no Brasil — o país aparece na 120ª posição num ranking mundial sobre as condições de negócios numa lista de 140 países.

“Carga tributária, administração de impostos, baixa qualificação de mão de obra, regras trabalhistas. É muito complicado sair da atual situação, porque não há uma única reforma que vá resolver os problemas de todos os setores da economia. Não é uma questão meramente técnica. O país precisa de uma estratégia, elaborar um processo para melhorar as condições gradualmente, como a Colômbia a partir da segunda metade da década passada.”

O diretor-presidente do Insper, Marcos Lisboa, lembrou que o Brasil, nos últimos anos, lançou medidas de subvenção a projetos de inovação (com ações como a Lei do Bem e o programa Brasil Maior, entre outros), mas avançou pouco.

“Temos uma tradição antiga de proteção da produção local, desde Vargas (o ex-presidente Getúlio Vargas) se escolheu uma política de desenvolvimento local: fecha-se a economia, o governo direciona os subsídios e controla-se os preços interferindo-se no setor produtivo.

Autopeça Rassini adere ao programa de proteção ao emprego

06/08/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

Depois da Caterpillar e da autopeça Grammer, fabricante de bancos automotivos, a Rassini Automotive, de São Bernardo do Campo, no ABC Paulista, aderiu na quarta (5) ao Programa de Proteção ao Emprego (PPE).

O acordo coletivo prevê a redução de 15% da jornada de trabalho com igual redução dos salários para todos os 550 trabalhadores da fábrica, e a complementação pelo FAT de metade dessa redução salarial (7,5%).

O acordo de adesão ao PPE na Rassini terá duração de quatro meses, o que dará ao trabalhador a garantia de emprego até 31 de janeiro de 2016.

A empresa, com sede no México, fabrica molas para sistema de suspensão para veículos leves e pesados.

Falências crescem em julho e acumulam alta de 4% em 2015

06/08/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

Os pedidos de falência cresceram 8,8% em julho ante junho, segundo pesquisa da Serasa Experian, para 173. Na comparação com julho do ano passado, a alta foi de 22,7%. No acumulado dos sete primeiros meses do ano, os pedidos aumentaram 4,1% em relação ao mesmo intervalo de 2014, para 971.

Dos pedidos de falência feitos este ano, 51,4% foram de micro e pequenas empresas, 22,2% de companhias de médio porte e 26,4% de grandes empresas.

Em relação aos pedidos de recuperação judicial houve alta mensal de 28,6%, para 135 requerimentos, um recorde para os meses de julho. Na comparação com julho do ano passado, o crescimento foi de 117,7%

Banco Central lança novas regras para cooperativas de crédito

06/08/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

O Banco Central divulgou nesta quarta-feira (5) novas regras para abertura e funcionamento das cooperativas de crédito no país. A partir de agora, essas instituições financeiras serão classificadas de acordo com o grau de risco correspondente às

operações de crédito realizadas. Elas serão divididas entre plenas, clássicas e de capital e empréstimo.

As cooperativas plenas corresponderão às instituições de maior porte. Elas estarão liberadas para fazer todas as operações permitidas para cooperativas. Já as clássicas não serão autorizadas, por exemplo, a fazer operações que gerem exposição a variação cambial ou a preço de mercadorias, nem manter aplicações em derivativos.

Por fim, as cooperativas de capital e empréstimo serão bastante restritas e poderão apenas realizar pequenas operações de empréstimos e financiamentos.

Empresa chilena compra paranaense Britanite

06/08/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

Após três anos de participação acionária compartilhada entre o grupo CR Almeida, Enaex, do grupo chileno Sigdo Koppers, e a peruana Exsa, do grupo do Brescia, a Enaex comprou 100% das ações da Britanite. Antes de fechar o negócio, todos os três acionistas tinham participação igualitária de 33,3%.

“A Britanite adquire uma maior exposição internacional, em função da posição de mercado da Enaex, que possui operações em vários países da América Latina e é um dos maiores produtores mundiais de Nitrato de Amônio, matéria prima principal para fabricação de explosivos”, explicou o presidente da Britanite, Antônio Luiz Cyrino de Sá.

Com sede em Quatro Barras, na Região Metropolitana de Curitiba, a Britanite tem filiais espalhadas em 12 estados brasileiros e é uma das maiores empresas de serviços de desmonte de rocha e produção de explosivos. Por enquanto, a empresa não informou o que deve mudar com a aquisição.

A companhia foi fundada em 1961 e se especializou no fornecimento de explosivos para grandes obras, como a hidrelétrica de Itaipu e a ferrovia de Carajás, e para mineração. A empresa é líder nesse segmento no Brasil e tem atuação em outros países da América Latina e Central – onde tem uma filial, no Panamá.

Em 2012, o grupo paranaense CR Almeida vendeu dois terços do negócio para a Enaex e a Exsa por US\$ 120 milhões. Na época, o faturamento da Britanite era de R\$ 350 milhões por ano.

O grupo Enaex começou suas atividades de produção e distribuição de explosivos na década de 20 e hoje atua em mais de 40 países, incluindo Austrália, Japão e Nova Zelândia. Ela tem hoje a maior fábrica de nitrato de amônio de baixa densidade do mundo. No ano passado, a Enaex teve faturamento de US\$ 645 milhões, com lucro líquido de quase US\$ 100 milhões.

Marcopolo continuará ajustando ritmo de produção até o final do ano

06/08/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

A fabricante de carrocerias de ônibus Marcopolo continuará flexibilizando a jornada de trabalho de funcionários no terceiro trimestre e pode fazer o mesmo nos três últimos meses do ano, em um momento de demanda doméstica enfraquecida, ao mesmo tempo em que, no exterior, busca capturar potencial de crescimento nas exportações por conta da desvalorização do real.

No segundo trimestre, a companhia cortou sua produção no Brasil para o mercado interno em 43% e disse não esperar que a situação mude no curto prazo de maneira significativa.

Assim, a expectativa é manter no atual trimestre a flexibilização da jornada de trabalhadores em vigor em praticamente todas as fábricas no Brasil, com o acúmulo de banco de horas para uma possibilidade de reação rápida em caso de retomada, disse o vice-presidente financeiro da Marcopolo, José Valiati.

“Isso ameniza o problema porque todo o custo fixo é contingenciado. Deveremos votar uma nova flexibilização para o próximo trimestre, que utilizaremos se necessário”, afirmou nesta quarta-feira (5) em reunião com investidores e analistas.

Ônibus

No segmento de ônibus rodoviários, a empresa disse não esperar uma recuperação no terceiro trimestre, e sim mais para o fim do ano, depois da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) ter publicado resolução que define as regras do modelo de autorização das linhas interestaduais e internacionais.

As companhias de transporte vinham aguardando a publicação para iniciar a renovação da frota, que deve ser adequada às novas regras em quatro anos.

A demanda normal do mercado por esse segmento, de 1.200 a 1.500 veículos por ano, caiu para cerca de 250 veículos no primeiro semestre de 2015, disse o gerente financeiro da Marcopolo, Thiago Deiro, citando dados da Associação Brasileira das Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros (Abrati).

É esperada uma volta para o patamar de 1.500 a 2.000 veículos anuais nos primeiros anos e, posteriormente, para entre 2.000 e 2.500 veículos, disse Deiro, em um segmento no qual a Marcopolo tem 80% de participação de mercado.

Já no segmento de ônibus urbanos, no qual a demanda também está abaixo do normal, a empresa espera que licitações municipais em algumas cidades e a proximidade das eleições municipais de 2016 destravem o setor a partir do ano que vem.

Mercado externo

Enquanto a demanda doméstica não volta a crescer, a Marcopolo pretende explorar potencial de crescimento de exportações, que é significativo, disse Valiati, sem detalhar números.

Segundo ele, estão em foco os mercados da América Latina, incluindo o México, e África, além do Oriente Médio, região para qual a Marcopolo está começando a se voltar neste ano. Um dos objetivos é ampliar a presença no exterior com o segmento de miniônibus Volare.

No segundo trimestre, as receitas de exportações e no exterior da fabricante cresceram 16,5%, a R\$ 330 milhões, ao passo que as receitas no Brasil caíram 43,4%, a R\$ 306,3 milhões.

Caminho da escola

Sobre os pagamentos atrasados do governo federal referentes ao programa de veículos escolares Caminho da Escola, Valiati disse que a Marcopolo vem recebendo os valores “de forma homeopática”, tendo embolsado R\$ 20 milhões no último mês. Ainda restam R\$ 140 milhões a serem pagos.

Segundo Deiro, 95% do que a empresa tem a receber do governo referente ao programa já está vencido.

Apesar de ter sido realizada uma tomada de preços em abril para um possível pregão eletrônico do programa em data ainda indefinida, a companhia não se mostrou confiante de que ele possa ocorrer.

“Se tiver, a gente vai participar, mas não acredito em um novo pregão (neste ano)”, disse Valiati.

Campanha do Sebrae defende consumo em pequenas e microempresas

06/08/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

Comprar no comércio ao lado de casa ou do trabalho é uma forma eficiente de estimular a economia. Essa é a proposta da campanha Compre do Pequeno, lançada nesta quarta-feira (5) pelo Sebrae Nacional.

Desta vez, além de dar suporte ao micro e pequeno empreendedor para organizar os negócios e obter melhores resultados, a entidade vai abordar diretamente o consumidor, informando sobre a força econômica das empresas de menor porte.

As micros e pequenas empresas são responsáveis por 52% do total de empregos do país, com 17 milhões de trabalhadores em seus quadros. Muitas vezes também são a oportunidade de inserção do jovem no mercado de trabalho.

No total, correspondem a 27% do PIB nacional e conseguiram manter o saldo positivo na geração de 116 mil novas vagas entre janeiro e junho de 2015, justamente no momento que o desemprego aumenta no Brasil.

“É a faixa empresarial que tem maior mobilidade para fazer ajustes econômicos e de gestão para mudar de rumo e aproveitar oportunidades com a crise”, observa o presidente do Sebrae nacional, Luiz Barretto.

A ideia da entidade é promover um movimento nacional de estímulo ao consumo nos pequenos negócios, intensificando o atendimento aos empresários e promovendo ações de impacto na sociedade.

Um exemplo do efeito que o consumo na cadeia do pequeno é um estudo apresentado pela Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel). De acordo com o presidente nacional da entidade, Paulo Solmucci Júnior, a cada R\$ 1 gasto em um estabelecimento que fornece alimentação fora do lar, outros R\$ 2,34 são movimentados na cadeia produtiva do estabelecimento, na compra de móveis, equipamentos, louça, entre outros itens usados em bares, restaurantes e lanchonetes.

O Sebrae lembra ainda que as compras realizadas no comerciante de pequeno porte mantêm os recursos – como impostos – na mesma região em que o estabelecimento está instalado.

Mutirões

Para marcar o movimento, serão realizadas diferentes ações em todo o país durante a primeira semana de outubro. Até dia 5, data em que é comemorado o Dia Nacional da Micro e Pequena Empresa, serão realizados mutirões que devem chegar a 300 mil atendimentos, 85 mil oficinas técnicas, 20 mil cursos entre presenciais e a distância, 80 missões e caravanas, 750 seminários e, ainda, 410 novos pontos de atendimentos do Sebrae.

O impacto sobre o consumidor virá em iniciativas como corridas, bicicletadas, festival gastronômico, blitz educativas e intervenções na paisagem urbana.

Arrogância e intimidação

06/08/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

O princípio que rege em geral a atividade do advogado é o da liberdade de pensamento. O advogado é livre por definição, mas só o será se tiver personalidade para tanto. Este é o carro-chefe, do qual se originam explicitamente e em paralelo o da liberdade de imprensa, o da liberdade de ir e vir, no caso dos advogados, além dos princípios gerais de direito que lhes socorrem, o princípio do sigilo profissional, consagrado até na Constituição da República.

Os princípios, como o da igualdade perante a lei, o da inviolabilidade do lar e o da legalidade (ninguém poderá ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei), se ajustam também ao da liberdade; é paralelo e reiterado que um existe não em função do outro, mas pode reafirmá-lo, porque aplicado em condições diversas – mais aberto, portanto.

O sigilo tem a natureza de proteger o advogado em face de sua representação e o envolve totalmente, até o ponto em que, se houver descumprimento pelo próprio advogado, este poderá ser denunciado à OAB por infração profissional.

O sigilo revela-se cláusula pétrea da Constituição, tal como está ali expresso; não pode ser mudado por emenda constitucional, muito menos por leis comuns. Trata-se de conquistas históricas, como na Declaração de Independência dos Estados Unidos (redigida pelo fantástico Thomas Jefferson), com maior clareza nas primeiras 12 emendas à sua Constituição; e na Revolução Francesa, na Declaração Universal dos Direitos do Homem, inclusive adotada na Constituição Brasileira.

Como se vê, por ignorância ou má-fé, ou por ignorância e má-fé juntas, a advogada Beatriz Catta Preta está sendo pressionada – ou melhor, intimidada – a revelar fatos ou comportamentos resguardados em toda a sua extensão pelo sigilo profissional, que protege a sua identidade, a sua dignidade pessoal como profissional.

Ela denunciou que deixará a advocacia e a defesa de seus clientes da Lava Jato, por motivos que incluem o fato de ela e sua família estarem sendo perseguidas e ameaçadas – ela desconfia de que as ameaças se originam em personagens da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre os escândalos da Petrobras.

A maior ameaça está precisamente no fato de ela ter sido convocada para depor na CPI sobre tudo o que está envolto pela sua posição de advogada. Este fato já demonstra claramente a vontade de humilhá-la, de perquirir sobre sua conduta pessoal, ligada perfeitamente a suas atitudes como advogada.

A CPI não tem o direito de exigir que ela venha denunciar quem supostamente esteja encabeçando as ameaças que ela e sua família estão sofrendo. As ameaças e intimidações são surdas, veladas.

Não é segredo, nem de desconhecimento de ninguém, que a falta de escrúpulos ronda, infelizmente, o Congresso Nacional, e é capitaneada pelas atrozidades presidências das duas casas. E a Ordem dos Advogados do Brasil não acompanhará a advogada acuada em sua compulsória visita à CPI?

Os bons tempos da OAB estão a se encerrar, pela notória candidatura do atual presidente a uma das vagas nos tribunais superiores? Bons tempos de Raymundo Faoro, que recusou ser ministro da Justiça depois de ter terminado seu mandato como presidente da Ordem simplesmente para não conspurcar sua imagem e sua biografia.

Presidente da OAB é livre, é mais importante que ministro, porque este está subordinado a uma porção de gente, de dentro e de fora do governo – como sucede mais que nunca agora.

(Eduardo Rocha Virmond é ex-presidente do Instituto dos Advogados do Paraná e da Ordem dos Advogados do Brasil/seção Paraná (OAB-PR), e foi vice-presidente e coordenador da 7ª Conferência Nacional da OAB (Curitiba, 1978).

Nível de produção da indústria recua seis anos no tempo

06/08/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

A indústria brasileira opera a níveis de julho de 2009, quando a atividade ainda caminhava para se recuperar da crise internacional. A diferença é que a demanda das famílias brasileiras, que resgatou o setor há seis anos, agora segue ladeira abaixo.

Tanto que a produção chegou a esse patamar porque aprofundou o ritmo de queda no segundo trimestre, com recuo de 6,7% em relação a igual período de 2014, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

[INFOGRÁFICO: confira a retração na produção da indústria ao longo dos últimos 12 meses](#)

O desempenho é o pior desde o terceiro trimestre de 2009, quando a queda foi de 8,1%. Além disso, posicionou a indústria em um nível 9,9% abaixo de setembro de 2008, mês em que a crise internacional teve seu estopim. Depois disso, a produção afundou, recuperou-se até junho de 2013, quando atingiu o auge, e voltou a desacelerar até os dias de hoje.

“O baixo nível de confiança dos empresários e do consumidor, o aumento da taxa de desemprego, a renda disponível das famílias diminuindo, seja porque tem inflação mais alta ou porque você permanece comprometido com outras dívidas, e o mercado externo ainda adverso pontuam a trajetória descendente que marca a produção da indústria”, explica André Macedo, gerente da Coordenação de Indústria do IBGE.

Apenas em junho, o recuo na produção foi de 0,3% ante maio, menos intenso do que o previsto por economistas. Mesmo assim, os dados não animam, já que não compensam perdas anteriores e porque os bens de capital (que incluem máquinas e equipamentos) e os bens de consumo duráveis, categorias que exibem as retrações mais intensas, sinalizam para um menor potencial de crescimento da economia nos próximos anos.

“A pesquisa mostra que o país parou. Não adianta pensar que deixar de fazer o país crescer fará com que a inflação ceda, pois precisa de PIB (Produto Interno Bruto) potencial para que isso aconteça”, diz o economista-chefe da Saga Capital, Marcelo Castello Branco. “Nosso produto potencial está sendo dizimado e já está em zero ou até mesmo negativo.”

Em junho, a produção de bens de capital caiu pela 16ª vez consecutiva na comparação com igual mês do ano anterior. Só neste ano, a retração já beira os 20%. “A variação de bens de capital afunda num país que abortou o futuro num ajuste suicida”, afirma André Perfeito, economista-chefe da Gradual Investimentos.

Os bens duráveis vivem quadro semelhante. Desde meados do ano passado, a fabricação de veículos, móveis e eletrodomésticos tem caído diante da queda na renda das famílias e do aumento dos juros, que encarecem o crédito e os financiamentos, única maneira para muitos brasileiros adquirirem esse tipo de bem.

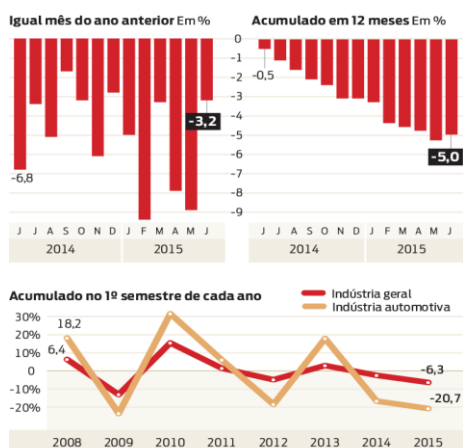
“É um quadro meticulosamente construído por um ajuste fiscal e monetário em uma economia que já estava desacelerando”, diz Perfeito.

Alguns setores conseguiram reequilibrar a produção e ajustar estoques, como bebidas, perfumaria e produtos de limpeza. Com isso, eles conseguiram elevar a produção em junho ante maio.

Além disso, o câmbio tem ajudado alguns setores, como a celulose, as próprias carnes e o minério de ferro, mas ainda não é um fator de impulso para a indústria como um todo.

FREIO DE MÃO PUXADO

A produção industrial brasileira recuou 6,3% no primeiro semestre em um cenário de baixa demanda e estoques altos. A principal influência negativa veio da indústria automotiva, que teve queda de 20,7% no mesmo período:



Fonte: IBGE. Infografia: Gazeta do Povo.

Indústria naval pode perder empregos e encomendas, diz Mercadante

06/08/2015 – Fonte: CIMM

O ministro-chefe da Casa Civil, Aloizio Mercadante, afirmou nesta quarta-feira (5), que a indústria naval pode enfrentar uma dura crise, perder alguns empregos e encomendas, mas que tem potencial. Segundo ele, o câmbio agora está competitivo e, com isso, o País vai ganhar competitividade. O ministro permaneceu por mais de quatro horas na Comissão de Minas e Energia, na Câmara dos Deputados, para falar sobre a indústria naval.

Mercadante ressaltou que as dificuldades não passaram, mas que o setor deu um salto extraordinário e o pré-sal é uma garantia que a indústria tem para o futuro. "Não posso dizer que todos os estaleiros sobreviverão, mas os melhores ficarão", disse.

O ministro citou o caso da Sete Brasil - criada pela Petrobrás para construir sondas e que está envolvida na Operação Lava Jato - e disse que a empresa está bem condicionada, mas que precisará fazer um esforço para se capitalizar. Segundo o Mercadante, a reestruturação da empresa é compreensível em função do momento econômico que o País vive.

Segundo ele, um estudo da Tendências Consultoria mostra que o Produto Interno Bruto (PIB) do País terá um impacto de 0,4 ponto percentual da Operação Lava Jato referente à Petrobrás e mais 0,6 ponto percentual referente às outras empresas envolvidas no esquema de corrupção.

Ainda de acordo com Mercadante, o Brasil precisa ser prudente no campo fiscal para baixar os juros, que têm sofrido um constante aumento pelo Banco Central. Ele ressaltou

ainda que o combate à corrupção agrega ganhos de eficiência na gestão pública e que vai haver uma mudança na governança.

"Temos que discutir e aprimorar a regulação", disse.

Mercadante afirmou que o presidente da Petrobrás, Aldemir Bendini, deu um choque de credibilidade na empresa desde que assumiu o posto.

Segundo Mercadante, o problema da estatal era em sua relação com o mercado e com sua governança, e não dificuldades técnicas. O ministro se comprometeu a fazer uma "ponte" entre a comissão de Minas e Energia e a Petrobrás.

John Deere investe US\$ 40 milhões na planta de Montenegro (RS)

06/08/2015 – Fonte: CIMM

A John Deere inaugurou sua nova linha de produção de tratores ontem (4), na fábrica de Montenegro (RS), após investimento de US\$ 40 milhões com recursos próprios. No local, serão montados cinco modelos da Série 8R e, dessa maneira, a planta gaúcha torna-se a segunda no mundo e a primeira fora dos Estados Unidos a produzir a principal linha de alta potência da companhia.

A empresa não divulgou a capacidade a ser instalada, mas as primeiras unidades começam a sair da planta apenas em novembro, pois a estrutura ainda passa por ajustes.

"Trazer nosso principal produto para o Brasil significa que temos confiança nessa fábrica para produzir em nível mundial e indica que acreditamos no desempenho da economia brasileira em longo prazo", afirmou o CEO da Deere & Company, Samuel Allen.

Utilizados, principalmente, em grandes propriedades, os tratores da linha 8R serão os mais potentes fabricados em território nacional, com 370 cavalos. A comercialização deve ser feita por consórcio e financiamento via Finame. "São equipamentos alinhados com as crescentes demandas por produtividade", completa Allen.

De acordo com o presidente da John Deere Brasil e vice-presidente de Marketing e Vendas para a América Latina, Paulo Herrmann, a estrutura fabril funcionará em sintonia com a demanda e não foi estipulado um tempo de retorno para o investimento.

O objetivo, entretanto, é viabilizar o crescimento por meio de produtos de alta potência, vistos como a principal tendência do segmento agrícola para os próximos anos. Além disso, a exportação de tratores é encarada como alternativa para compensar perdas no mercado interno, tendo os vizinhos sul americanos como principais destinos.

A John Deere espera retração de cerca de 10% no setor em 2015, com queda maior em colheitadeiras na comparação com tratores. "Temos que fazer investimento no momento em que o mercado está retraído.

Assim, quando a economia reaquecer, estaremos prontos para tirar o máximo da fábrica", destacou Herrmann. Nesse sentido, segundo o executivo, o investimento na linha de tratores de alta potência é um indicativo de retomada do mercado.

A elevação dos juros do Finame, de 4,5% para 7,5%, tampouco é vista como um impeditivo para comercialização. "A taxa ainda é negativa na comparação com a inflação", afirmou.

A fábrica de Montenegro, que iniciou em 2007 com 12 modelos, contará com 24 até o fim do ano, sendo cinco da nova linha.

"Conseguimos provar que tínhamos condição de receber o investimento, pois trata-se de um produto de alta qualidade e tecnologia, produzido somente nos Estados Unidos", comemorou o gerente da planta gaúcha, Paulo Rohde.

O aporte financeiro para a nacionalização da 8R havia sido anunciado em 2013. Desde então, os investimentos no Brasil somam mais de US\$ 200 milhões. Entre eles, US\$ 180 milhões em duas fábricas de máquinas de construção, inauguradas em fevereiro do ano passado, em Indaiatuba (SP); e US\$ 40 milhões na ampliação da planta de Catalão (GO)

Empresa chinesa desiste de instalar montadora em Camaquã, RS

06/08/2015 – Fonte: CIMM

A empresa chinesa Shiyan Yunlihong desistiu de instalar uma montadora de caminhões em Camaquã, no Sul do Rio Grande do Sul. No último dia 20, representantes da empresa se reuniram com prefeito da cidade, João Carlos Machado, e outras autoridades do município, com objetivo de realizar os trâmites para a devolução do terreno onde a fábrica seria instalada.

Segundo a prefeitura, representantes da empresa justificaram a desistência alegando fatores como a desistência de outros investidores chineses que pretendiam participar do investimento e a retração da economia mundial e nacional.

O projeto para a primeira planta no Brasil da subsidiária da gigante Dongfeng Motor Corporation foi confirmado em 2012.

O investimento inicial seria de R\$ 185 milhões, com previsão de geração de 200 empregos diretos na implantação e 455 na operação.

Weg quer margem maior para dobrar participação no mercado eólico no país

06/08/2015 – Fonte: CIMM

A fabricante de equipamentos elétricos Weg quer aumentar a lucratividade no negócio de produção de turbinas eólicas para viabilizar expansão e dobrar a participação no mercado, hoje em cerca de 10%, disse à Reuters diretor da empresa para o segmento, João Paulo Gualberto.

"Temos um plano de eventualmente chegar a 20% do mercado de aerogeradores do Brasil a partir de 2018, 2019", afirmou o executivo.

Mas o plano, depende da construção de nova fábrica, decisão atrelada ao sucesso em aumentar as margens no segmento, hoje abaixo das praticadas pela Weg em suas demais atividades, e da demanda nos próximos leilões de energia neste ano.

"Nosso objetivo é atingir em 2017 um nível de lucratividade igual ao que o grupo tem nas outras divisões", disse Gualberto.

O executivo explicou que as turbinas eólicas têm um elevado faturamento e, quando geram menos lucro que as demais atividades, acabam prejudicando o resultado.

"Precisamos, antes de dobrar capacidade, ter certeza de que o resultado será melhor do que hoje.... isso tem melhorado bastante com ações (de corte de custos) e os preços de venda também melhoraram bastante", apontou o diretor.

A Weg decidiu investir para se tornar uma produtora de equipamentos eólicos em 2010. No ano passado, iniciou a entrega das primeiras máquinas e a previsão é terminar este ano com pouco mais de 200 megawatts instalados.

As turbinas são produzidas em Santa Catarina, numa fábrica com capacidade de entregar 250 megawatts ao ano, que está com boa parte da capacidade instalada ocupada para os próximos anos.

"Em 2016 temos condições de entregar aerogeradores ainda. E temos carteira completa em 2017 e no primeiro semestre de 2018", disse Gualberto.

Segundo ele, existem várias negociações em curso, incluindo com investidores que haviam comprado máquinas da argentina Impsa, que pediu recuperação judicial, buscam novos fornecedores para projetos atrasados ou perto da data de entrar em operação.

"O problema é a dificuldade desses investidores em encontrar máquinas para substituir o contrato numa condição de mercado diferente. O preço do aerogerador subiu muito e, quando se bota numa planilha com a taxa de retorno, pra fechar a conta está complicado", disse Gualberto.

O aumento de custo está ligado à desvalorização do real, uma vez que parte dos componentes dos aerogeradores é importada. A Weg, no entanto, já alcançou o índice de nacionalização exigido para a partir de 2016 pelo BNDES para os equipamentos eólicos, o que reduz o impacto da variação cambial.

"A virada do câmbio impacta no nosso custo, conseqüentemente no nosso resultado, mas tenho certeza de que nossos concorrentes estão sentindo mais (esse custo)", disse.

Nova fronteira eólica

A Weg está investindo em conjunto com a Tractebel num projeto de pesquisa e desenvolvimento de uma nova turbina eólica, com 3,3 megawatts de potência, contra os 2,1 megawatts das máquinas comercializadas atualmente.

A máquina, com rotor de 130 metros e torre de 120 metros, foi desenhada para suportar o clima brasileiro e produzir energia com ventos médios e baixos, o que permitiria à empresa abrir uma nova fronteira para a expansão eólica no Brasil.

"Nosso objetivo é chegar em um ponto que viabilize implementar de fazendas eólicas em canaviais de São Paulo".

Atualmente, os parques eólicos brasileiros concentram-se no Nordeste e no Sul do país, com ventos mais fortes, mas muitas vezes falta estrutura de transmissão para escoar a produção.

"São Paulo, mas também Paraná, Minas Gerais...têm um grande potencial. Ventos piores, sim, mas custo de transmissão e infraestrutura existente que eventualmente viabilizarão parques eólicos", disse o diretor.

A previsão de Gualberto é que um protótipo esteja pronto no final de 2016 ou no início de 2017, o que permitiria o início da comercialização da nova máquina no segundo semestre de 2017.

Kwangjin, da Coreia, investe em fábrica em SP

06/08/2015 – Fonte: Usinagem brasil



(05/08/2015) - A fabricante de autopeças Kwangjin, da Coreia do Sul, vai instalar sua primeira fábrica na América do Sul em Sumaré (SP). Fornecedora de empresas como GM, Hyundai e Volkswagen, a empresa vai investir R\$ 35 milhões no projeto.

A GM, que importa sistemas de fechadura, módulos e mecanismos para vidros de porta, da unidade mexicana da Kwangjin foi quem solicitou que a empresa se instalasse no Brasil para ajudar a aumentar o índice de nacionalização de seus veículos.

Uma comitiva da Kwangjin se reuniu com a prefeita de Sumaré, Cristina Carrara, nesta segunda feira 3 de agosto, para a assinatura do protocolo de intenções. Além do CEO da Kwangjin Brasil, Jeong Su Kim, participaram da reunião o diretor de Planejamento Estratégico da Kwangjin Coreia, Cha Ok You; o diretor-executivo, Daniel Kim; e o gerente Industrial, Benedito de Oliveira Filho.

“A Kwangjin vê grande potencial no mercado automobilístico brasileiro e estamos muito otimistas com o futuro da nossa empresa no País”, afirmou Daniel Kim, diretor-executivo da Kwangjin Brasil.

A unidade está sendo instalada em um galpão alugado, gerando 170 empregos diretos e 30 indiretos.

A ideia é atender 600 mil veículos por ano até 2017, mas a capacidade total da fábrica deve chegar a 1,3 milhão por ano. A previsão é que as vendas atinjam US\$ 60 milhões anuais a partir de 2017.

A empresa, inclusive, já planeja novo investimento no País, no montante de R\$ 70 milhões, até 2020.

Até o momento a empresa já tem contratos fechados com a GM e a Volkswagen, mas existe a possibilidade de que forneça também para a Hyundai, para a qual já fornece em outros mercados, como Europa e China.

A Kwangjin foi fundada em 1973 e atualmente está presente em 16 países. Em 2014, o faturamento atingiu US\$ 660 milhões.

A companhia fornece autopeças como reguladores de vidro, módulo para portas, pedais, hood hinge e trunk lid hinge.

BMW passa a montar em Manaus a S 1000 R

06/08/2015 – Fonte: Automotive Business



A BMW começa a montar no Brasil este mês sua esportiva S 1000 RR. A moto nacionalizada terá os mesmos equipamentos da versão importada da Alemanha, renovada no início deste ano. Ela chega às concessionárias BMW Motorrad nos próximos dias com preços entre R\$ 72,9 mil (vermelha racing e preta) e R\$ 75,4 mil (tricolor – vermelha, azul e branca).

“O Brasil é o quinto maior mercado das motos BMW no mundo (...) Por esse motivo damos sequência à estratégia de montagem de modelos no País”, afirma o diretor da BMW Motorrad Brasil, Federico Alvarez. Outros seis modelos já são produzidos em Manaus: G 650 GS, F 800 R, F 800 GS, F 800 GS Adventure, R 1200 GS e R 1200 GS Adventure.

A S 1000 RR tem motor de quatro cilindros em linha e 199 cavalos, que recebeu melhorias na geração atual. A motocicleta também perdeu peso (4 kg) com o uso de novos materiais. São 204 kg com tanque cheio.

Entre os opcionais há rodas forjadas de alumínio anodizado, 2,4 kg mais leves que as originais. A versão Full traz controle de tração, assistente de troca de marcha, controle de suspensão ativa, pisca-piscas por LEDs, controlador automático de velocidade e manoplas com aquecimento.

A BMW utiliza as instalações da Dafra para montar suas motos em Manaus (AM). A Ducati também segue esse modelo. Nos dois casos a gestão dos negócios no Brasil cabe às próprias marcas.

A Dafra também monta hoje motocicletas KTM, mas neste caso a operação pertence à fabricante brasileira. Ela também trouxe as motocicletas MV Agusta e continua fazendo a montagem, mas a companhia italiana assumiu o controle da marca no Brasil.

A KTM 390 Duke começou a ser vendida nas concessionárias exclusivas da marca. O preço sugerido – antecipado pela Folha no último domingo (2) – é de R\$ 21.990. Nas concessionárias Dafra, a moto estará disponível a partir do próximo mês.

Com projeto original desenvolvido na Áustria, a moto foi nacionalizada e está sendo montada na fábrica da Dafra em Manaus (AM)

Equipada com motor monocilíndrico de 375 cilindradas e transmissão de seis marchas, a moto gera 44 cv de potência a 9.500 rpm.

Freio ABS (que pode ser desligado pelo condutor), painel digital com iluminação em LED e visor de marcha, luz de ABS e medidores de consumo completam os itens de série.

Aumenta a distância entre o real e as moedas de países emergentes

06/08/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo



O real deixou de acompanhar as moedas emergentes e acelerou suas perdas em relação ao dólar desde que o governo praticamente zerou a meta fiscal, em 22 de julho.

A distância entre a cotação da moeda brasileira e a de uma cesta de divisas emergentes (como as de China, África do Sul e Rússia) está no maior patamar desde o início do ano, o que mostra que não são apenas as turbulências externas que afetam o real, mas também a recessão e as dificuldades do governo para cumprir o superavit.

O recorde anterior era de março, quando parte das dificuldades atuais já era conhecida.

As dificuldades do câmbio pioraram na semana passada também porque a agência de classificação de risco S&P ameaçou rebaixar a nota brasileira, o que tiraria do país o chamado grau de investimento, espécie de selo de bom pagador da dívida pública.

Real se desvaloriza mais do que moedas emergentes

A expectativa de votação das chamadas pautas-bombas pelo Congresso, que podem elevar o gasto público e aprofundar a crise, também acentuou o pessimismo, levando o dólar a subir nesta quarta (5) pelo quinto dia seguido até bater em R\$ 3,50.

Desde a mudança na meta fiscal (de 1,1% do PIB para 0,15%), o dólar passou de R\$ 3,2269 para R\$ 3,4854 no câmbio à vista, referência do mercado financeiro.

O real perdeu 24,2% de seu valor em relação ao dólar neste ano. A maioria das moedas dos grandes países emergentes se desvalorizou menos de 10%, com exceção do peso colombiano (19,5%), da lira turca (16,8%) e do rublo (12,5%).

A cesta de moedas emergentes compreende divisas de dez países, sendo que só a Rússia não tem o grau de investimento. Essas moedas seguem basicamente a variação dos preços de commodities, além da perspectiva de alta dos juros nos EUA, prevista para a partir de setembro.

"Estamos nos distanciando do grupo de países emergentes com uma situação mais estável, conforme o quadro econômico vai se deteriorando e a crise política não parece arrefecer", disse Newton Rosa, economista-chefe da SulAmérica Investimentos.

"Estamos no lado ruim dos emergentes, mais próximos de Turquia e Rússia e cada vez mais distantes dos países que têm perspectiva melhores de crescimento."

Para Jason Vieira, economista-chefe da Infinity Asset, a taxa de câmbio brasileira passou a espelhar mais os negócios com CDS ("credit default swap", em inglês), um "seguro" para cobrir eventuais calotes e que mede o risco do país.

O CDS brasileiro de cinco anos, que começou o ano em 200 pontos, atingiu nesta quarta 307. Há duas semanas, estava em 275 pontos. Isso significa que quem compra proteção para um título do Brasil de US\$ 10 milhões paga US\$ 300 mil por ano ao vendedor do CDS. Em julho de 2014, pagava US\$ 140 mil.

"Nós estamos mais para submergentes que para emergentes. Nossos títulos já são negociados como "junk" [alto risco]. Mesmo a desvalorização cambial não consegue impulsionar a competitividade do país, com exceção da exportação de matérias-primas, como papel e celulose, que têm os custos todos em real", disse Vieira. 06/08/2015

Metalúrgicos da GM retornam do layoff em São José

06/08/2015 – Fonte: Automotive Business



Os 750 metalúrgicos da GM de São José dos Campos em layoff desde março devem retornar à fábrica na próxima segunda-feira, dia 10, conforme acordo assinado com o sindicato dos metalúrgicos. Na quarta-feira, 5, os trabalhadores começaram a receber telegramas da montadora comunicando a volta.

O fato é comemorado pelos funcionários, uma vez que a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) registrou até junho 7,6 mil postos de trabalho fechados por montadoras. Aqueles que estão retornando têm garantia de estabilidade de três meses.

O layoff em São José dos Campos começou em 9 de março e atingiu 798 trabalhadores. Destes, 48 foram convocados a voltar antes do tempo previsto.

Delphi reduz tamanho no Brasil para sete fábricas

06/08/2015 – Fonte: Automotive Business

Com a forte retração da produção de veículos no País e a venda de uma unidade de negócios, a Delphi reduziu seu tamanho no Brasil de 11 para 7 fábricas este ano. A baixa mais recente é a planta de Cotia (SP), dedicada a produção de bombas, injetores e outros componentes para motores diesel, justamente o segmento da indústria automotiva mais impactado pela recessão econômica no momento.

Para cortar custos, a empresa decidiu no fim de julho unificar as operações da divisão de powertrain em Piracicaba (SP), onde atualmente está concentrada a fabricação de sistemas de injeção para motores flex gasolina-etanol.

"A transferência das linhas de Cotia para Piracicaba será realizada de forma gradual, com conclusão prevista para 2016", declarou a empresa em nota oficial.

A Delphi assegura que aos 700 funcionários de Cotia será oferecida a possibilidade de transferência para Piracicaba. Contudo, os empregados da unidade afirmam que foi dado prazo de apenas 30 dias para que a decisão fosse tomada. Em protesto, os funcionários

de Cotia iniciaram uma greve na manhã da segunda-feira, 3. "Nós respeitamos esse direito dos trabalhadores e reconhecemos as suas preocupações. A gestão continua em diálogo com os representantes dos trabalhadores. Portanto, não faremos mais nenhum comentário público sobre a greve", acrescenta a nota da empresa.

Também neste ano a Delphi encerrou as atividades de duas fábricas de chicotes elétricos, uma em Itabirito (SP), inaugurada em 2007, e Mococa (MG), que havia começado a operar há menos de dois anos.

A produção das duas, que atendia montadoras de grandes volumes como Volkswagen e Fiat, foi transferida para outras plantas da Delphi em São Paulo e Minas Gerais, segundo a empresa "de acordo com as melhores condições de logística e administração das atividades em cada caso".

Outra redução nos ativos industriais da Delphi no País este ano se deu pela venda global da divisão Thermal para a Mahle, que em julho concluiu a aquisição de todas as unidades de fabricação de sistemas térmicos e de climatização da companhia americana.

Com isso, a Delphi transferiu para a Mahle no Brasil a planta de Jaguariúna (SP), onde são produzidos itens como compressores para ar-condicionado automotivo.

Atualmente a Delphi tem três divisões de produto: Packard Arquitetura Eletroeletrônica, Eletrônicos & Segurança, Powertrain e Soluções em Produtos e Serviços (aftermarket).

Navistar tenta manter operação em Canoas

06/08/2015 – Fonte: Automotive Business



Com a redução drástica das operações de produção da fábrica da Navistar em Canoas (RS), onde atualmente são feitos dois modelos de caminhões International e motores 2.8 Turbodiesel fabricados sob licença pela divisão MWM exclusivamente para a General Motors, começaram a circular rumores de fechamento da unidade até o começo de 2016.

Na semana passada, em reportagem do portal do jornal O Globo, o presidente do sindicato dos metalúrgicos local, Paulo Chintolina, reforçou essa possibilidade ao dizer que a empresa já havia comunicado aos funcionários que o motor da GM não seria mais produzido na unidade a partir de fevereiro, o que foi oficialmente confirmado pela montadora a Automotive Business na quarta-feira, 5.

Chintolina também afirmou que o centro de peças de reposição que funciona ali seria transferido para São Paulo, e que a linha de caminhões tinha poucas chances de sobreviver com poucos produtos e vendas em baixa.

Procurada, a Navistar declarou que "não comenta rumores" e afirmou que as atividades continuam normais na planta gaúcha, que no total emprega hoje 700 pessoas. Contudo, fontes de mercado confirmam que a empresa se esforça para buscar alternativas para

manter a produção de caminhões International em Canoas, inaugurada em 2013 após investimento de R\$ 30 milhões. Para viabilizar a fábrica, está em negociação com fabricantes chineses que poderiam produzir seus veículos na mesma linha, que tem flexibilidade para isso.

Estavam em curso conversas com a Sinotruk na China, que há dois meses teria desistido do negócio diante da recessão do mercado brasileiro. Mas outras marcas, no entanto, enxergam a oferta da Navistar como uma opção de baixo custo para iniciar definitivamente suas operações fabris no País, que deve voltar a crescer no futuro com mais vantagens para quem já estiver instalado aqui.

FOTON E JAC

Uma empresa encaixa-se com perfeição como candidata a fabricar caminhões na mesma linha da International em Canoas. É a Foton, que representada pelo seu importador brasileiro assinou em 2013 acordo com o governo do Rio Grande do Sul para instalação de fábrica em Guaíba, que deveria iniciar atividades em 2016.

Contudo, ainda existem pendências com o Estado na doação do terreno e o BNDES, via Banrisul, ainda não teria liberado o financiamento para viabilizar ao menos metade do investimento previsto de R\$ 250 milhões. Com isso, as obras da planta nem começaram.

Sintomaticamente, em entrevista publicada na semana passada no Jornal do Comércio de Porto Alegre, o diretor de relações institucionais da Foton Aumark do Brasil, Luiz Carlos Paraguassu, admitiu o atraso no projeto, mas garantiu que os primeiros caminhões da marca chinesa serão montados no Brasil a partir do início de 2016, mesmo que seja em instalações provisórias.

Isso porque a empresa tem prazo até o ano que vem atender as exigências que aceitou ao se habilitar ao Inovar-Auto: pela promessa de produzir no País, pode importar os produtos que serão fabricados aqui sem o pagamento da sobretaxa de 30 pontos percentuais de IPI. Caso a produção não seja iniciada conforme prometido, o importador terá de pagar os tributos não recolhidos.

A unidade da Navistar em Canoas atenderia a essa necessidade imediata da Foton, com a vantagem de ficar localizada no mesmo Estado e, portanto, teria os mesmos benefícios oferecidos pelo governo gaúcho. Nenhuma das duas empresas confirmam essa negociação, mas fontes de mercado confirmam que elas existem.

Procurada, por meio de sua assessoria a Foton Aumark confirmou que "está trabalhando em alternativas para antecipar o início da produção do caminhão nacional de 10 toneladas de PBT para janeiro de 2016", mas que "mantém sigilo até a definição final dessas eventuais negociações".

Outra candidata a produzir caminhões junto com a International em Canoas é a também chinesa JAC, que na China já têm uma fábrica de motores em sociedade com a Navistar e negocia outras parcerias. Essas negociações acontecem há bastante tempo, pelo menos desde 2010, mas nunca se concretizaram.

Como a linha de produtos International dos Estados Unidos só tem os modelos com motor à frente, os "bicudos", que não são adequados para a legislação brasileira de transporte de cargas, no Brasil a empresa só vende um modelo com cabine sobre o motor (cabin over) e se recorre da falta de recursos para desenvolver mais opções. Por isso há tempos vem buscando uma parceria.

A cooperação com a JAC ou Foton, que têm linha completa de caminhões cara-chata, pode ser a única opção para manter aberta a linha de produção gaúcha da Navistar, que emprega 150 pessoas e com a retração do mercado nacional opera atualmente em ritmo extremamente lento: os dois únicos caminhões International vendidos no País, o pesado 9800 e o semipesado Durastar, somaram apenas 50 emplacamentos de janeiro a julho deste ano.

Grupo Volkswagen nomeia 44 fornecedores preferenciais para novos projetos

06/08/2015 – Fonte: Automotive Business

O **Grupo Volkswagen** nomeou os primeiros 44 **fornecedores** globais que farão parte da iniciativa FAST, sigla em inglês para Tendências de Fornecimento Automotivo para o Futuro, que concentrará os esforços para agilizar as inovações técnicas, desenvolvimento e as estratégias globais de novos projetos de todas as marcas do grupo.

As empresas foram escolhidas a partir de seu desempenho, considerado excelente pela montadora, em um processo sistemático de seleção, que as coloca como parceiras preferenciais em cada uma de suas áreas de atuação.

“No futuro, não vai ser só a empresa com as melhores habilidades de negociação que terá a vantagem, mas a que também estabeleceu com sucesso uma excelente rede de fornecedores”, afirmou Francisco Javier Garcia Sanz, membro do conselho de administração da Volkswagen responsável pelo departamento de compras.

“Os fornecedores da FAST são nomeados a partir de balizas importantes em nossa rede e eu estou ansioso para esta mais próxima e intensa colaboração, que nos ajudará a enfrentar os desafios do futuro”, completou.

Lançada em fevereiro deste ano, a iniciativa FAST desenvolveu-se nos últimos meses com a realização de extensas avaliações de desempenho de todo os fornecedores globais, que resultaram neste primeiro grupo formado por 44 companhias.

Na próxima etapa, o Grupo Volkswagen planeja aprofundar as discussões focadas em gestão com as empresas parceiras já nomeadas e posteriormente, as estratégias e orientações tecnológicas serão alinhadas com cada empresa de acordo com sua área de atuação.

Segundo a montadora, o objetivo é implementar as inovações tecnológicas conjuntas de forma cada vez mais rápida do que anteriormente e concretizar os novos projetos de veículos de forma mais eficiente.

A fase de nomeação das empresas deve terminar apenas em junho de 2016, quando a montadora planeja realizar a FAST Summit, primeira conferência estratégica global, exclusiva para os fornecedores nomeados.

Elas farão parte do processo de consolidação das inovações de produtos e processos em fases muito mais antecipadas que as atuais. Além disso, haverá um planejamento de redes de produção para que se tornem ainda mais harmonizadas, a fim de gerar mais sinergias e facilidades nos processos de manufatura.

Confira abaixo a lista das primeiras empresas nomeadas pela Volkswagen para a FAST:

Fornecedor FAST	País de origem	Domínio de Competência
DMG Mori	Alemanha	tornos
Grob-Werke	Alemanha	usinagem de motor
Carl Zeiss	Alemanha	dispositivos de medição
BP	Grã Bretanha	fluidos automotivos
ExxonMobil	Estados Unidos	fluidos automotivos
Avis	Alemanha	aluguel de veículos
Lufthansa	Alemanha	transporte aéreo
Dürr	Alemanha	robôs de pintura
IBM	Estados Unidos	tecnologia da Informação (TI)
Vodafone	Grã Bretanha	telecomunicação e conectividade M2M
Nvidia	Estados Unidos	infoentretenimento
LG	Coreia do Sul	infoentretenimento
Delphi	Estados Unidos	sistemas avançados de assistência ao motorista (ADAS)
Mobileye	Israel	sistemas avançados de assistência ao motorista (ADAS)
Kiekert	Alemanha	maçanetas
Mahle	Alemanha	aquecimento, ventilação e ar-condicionado (HVAC)
Continental	Alemanha	painel de instrumentos
Osram	Alemanha	faróis
Witte Automotive	Alemanha	puxadores de porta
Brose	Alemanha	módulo de portas
Sumitomo	Alemanha	feixe de cabos
Faurecia	França	estruturas de bancos
Faurecia	França	painel de instrumentos
Peguform	Alemanha	painel de porta
Schneider	Alemanha	saídas de ar
Grupo Antolin	Espanha	forro
Gruppo Mastrotto	Itália	couro
Conceria Pasubio	Itália	couro
Posco	Coreia do Sul	aço carbono (plano)
Aleris International	Estados Unidos	alumínio (laminados planos)
ZF	Alemanha	amortecedor
Continental	Alemanha	controle de cruzeiro adaptativo
Gestamp	Espanha	chassi (estrutura frontal)
Aisin	Japão	transmissão automática
LG Chem	Coreia do Sul	baterias de alta voltagem
Valeo	França	alternadores
Tenedora Nemak	México	alumínio fundido
Honeywell	Estados Unidos	turbos
Magna	Canadá	eixos
ThyssenKrupp	Alemanha	comandos de válvula (montados no cabeçote)
CQLT Saargummi	China	selamento
Bridgestone	Japão	pneus
Samvardhana	Alemanha	para-choque
Bollig & Kemper	Alemanha	tintas
Mubea Carbo Tech	Alemanha	fibra de carbono
Pilkington	Alemanha	vidros
Corning	Estados Unidos	vidros
Coavis	Coreia do Sul	bombas de combustível

GM quer fazer motor diesel no Brasil

06/08/2015 – Fonte: Automotive Business



A General Motors confirmou que vai encerrar no início do próximo ano o acordo que mantinha com a MWM para a fabricação no País do motor diesel que hoje equipa versões da picape S10 e do utilitário esportivo Trailblazer. A intenção é fazer o propulsor em uma das fábricas brasileiras da empresa. Questionada, a montadora enviou a seguinte nota oficial: "A GM informa que o contrato com a MWM para produção, sob licença, do motor Chevrolet 2.8 Turbodiesel na fábrica do fornecedor em Canoas (RS) se encerra em fevereiro de 2016. A partir desta data, a GM transferirá a produção para uma de suas unidades no Brasil, ainda a ser definida."

O contrato para a produção do 2.8 Turbodiesel da GM pela MWM foi firmado em julho de 2008 para início das entregas a partir de novembro de 2011, com a chegada ao mercado brasileiro da nova geração da S10 e Trailblazer.

Foi noticiado na época que este teria sido do maior contrato da história da MWM International, com valor total em torno de US\$ 3 bilhões para fabricar no Brasil cerca de 280 mil unidades VM em sete anos, até 2018. Por motivo que nenhuma das empresas quer comentar, o acordo está sendo encerrado dois anos antes.

Atualmente a GM produz somente motores flex gasolina-etanol no Brasil, em duas fábricas: São José dos Campos (SP) e Joinville (SC), que foi inaugurada em 2013. Como S10 e Trailblazer são os dois únicos veículos ainda fabricados em São José, parece fazer mais sentido a produção de motores diesel na unidade do Vale do Paraíba – aliás, seria a volta da fabricação lá, pois a planta foi inaugurada em 1959 justamente para fazer propulsores a diesel inicialmente.

Contudo, devido aos conflitos com o sindicato dos metalúrgicos local, desde 2013 a GM vem esvaziando a fábrica, que tem ficado de fora dos planos de novos investimentos. Já Joinville é mais moderna e totalmente dedicada a uma só operação, mas tem a missão, primeiro, de produzir uma nova geração de motores otto mais eficientes, para atender às exigências do Inovar-Auto.

Na semana passada, em reportagem do portal do jornal O Globo, o presidente do sindicato dos metalúrgicos de Canoas, Paulo Chintolina, disse que a MWM já havia comunicado aos funcionários que o motor para a GM não seria mais produzido na unidade a partir de fevereiro de 2016.

A fabricante de motores diesel, que pertence ao grupo americano Navistar, não comenta o assunto. A única informação oficial é que a produção continua normal na planta localizada na região metropolitana da capital gaúcha, Porto Alegre, com média de 3 mil motores entregues por mês à GM.

A MWM fornece motores para picapes e utilitários Chevrolet no Brasil e Argentina desde 1996. Em 2008, a GM comprou a italiana VM Motori, com intenção de trazer da Itália propulsores diesel para equipar a nova geração de sua picape média a partir de 2011, que até então usava o MWM Sprint.

Foi quando a fabricante de motores conseguiu negociar a produção do modelo VM em sua fábrica de Canoas. Em 2010 a GM vendeu sua participação na VM para a FPT, do Grupo Fiat, mas reteve consigo o projeto do 2.8 Turbodiesel, que passou a ser feito em dois lugares no mundo: no Brasil de forma terceirizada e em planta própria na Tailândia, de onde pode também importar o motor se mais à frente desistir de produzi-lo aqui.

KTM espera vender 1,6 mil unidades em 2015

06/08/2015 – Fonte: Automotive Business

Até o fim do ano, a KTM pretende vender aos concessionários cerca de 1,6 mil motos na soma de modelos importados de alta cilindrada, das motos específicas para enduro e da linha urbana Duke, que começa a chegar ao mercado.

Para falar sobre a operação da marca austríaca controlada no Brasil pela Dafra, Automotive Business entrevistou o gerente de marcas José Ricardo Siqueira. Até o momento as vendas das motos ocorriam em cinco concessionárias exclusivas KTM, que vendiam as motos de enduro, as importadas 1190 Adventure e que recentemente receberam um primeiro lote de 120 unidades da 390 Duke.

São lojas em capitais do Sul, Sudeste e Centro-Oeste. "Nossa ideia agora é ampliar a capilaridade e estudamos em conjunto com candidatos preencher espaços no Norte e Nordeste", afirma Siqueira.

Com a chegada da linha Duke se inicia uma segunda fase, em que serão abertas as primeiras lojas Dual Brand (Dafra/KTM). "Elas terão identificação externa e interna. O layout foi desenvolvido pelo estúdio responsável pelo design de motos KTM, como ocorre com o Pininfarina para a Ferrari", recorda. Três unidades Dual Brand serão abertas no Estado do Rio de Janeiro, quatro em São Paulo e também estão programados pontos como estes para Belo Horizonte (MG), Vitória (ES) e Florianópolis (SC).

A Dafra vem negociando com seguradoras para oferecer preços competitivos em seguros, já que motos nacionais semelhantes à linha Duke (como a Yamaha 250 Fazer e a Honda CB 300R) têm índices elevados de furto e roubo: "A negociação com as companhias de seguro não é uma tarefa fácil, mas o que motiva o roubo é o mercado negro de peças e este não é o caso da Duke por ser um produto novo", recorda Siqueira.

A KTM foi o maior fabricante europeu de motos em 2014, com 158,8 mil unidades produzidas e faturamento de € 864,6 milhões. No primeiro semestre de 2015 sua produção superou em 25,6% o mesmo período do ano passado e o faturamento cresceu 49,7%. A empresa é controlada pela Cross Industries/Pierer Group e pela indiana Bajaj.

DAF ingressa no Finame PSI do BNDES com XF105

06/08/2015 – Fonte: Automotive Business



A partir deste mês, o caminhão DAF XF105 poderá ser adquirido pelo Finame PSI, programa do BNDES com condições especiais de financiamento para bens de capital, que exige o mínimo de 60% de localização – considerando peso e valor dos componentes. A montadora anuncia que ultrapassou os 60% do índice de nacionalização do caminhão pesado, fabricado na unidade de Ponta Grossa (PR), seis meses antes do cronograma inicial.

"Nossa visão no Brasil é em longo prazo e acreditarmos na força desse mercado. Por esta razão, estamos fazendo diversos investimentos que comprovam nossa intenção. Certamente, essa é mais uma grande etapa que alcançamos e que está de acordo com a nossa estratégia de evolução no País.

Estamos constantemente trabalhando, em parceria com nossos fornecedores locais, para aumentar nosso índice de nacionalização", afirma Michael Kuester, presidente da DAF no Brasil.

Em complemento ao Finame PSI, a DAF continuará a oferecer as outras opções de crédito que já ofertava no mercado brasileiro para aquisição do veículo, por meio dos principais bancos comerciais que atuam no País, como CDC em planos de até 60 meses e parcelamento da entrada em até 12 vezes, na rede de concessionárias.

Disponível nas configurações 6x4 e 6x2, o XF105 traz versões com potências de 410 cv, 460 cv e 510 cv.

“Estamos comprometidos em oferecer o melhor para o nosso consumidor. Essa cultura envolve desde o produto, que é de alta qualidade, nossos serviços com padrão mundial e também as condições diferenciadas no momento da compra. Agora, o XF105 se torna ainda mais competitivo”, completa Luis Antonio Gambim, diretor comercial.

S&P rebaixa para negativa perspectiva da nota da francesa Vallourec

06/08/2015 – Fonte: Valor Econômico

A agência de classificação de riscos Standard & Poor's (S&P) revisou a perspectiva dos ratings da francesa Vallourec de estável para negativa, citando possíveis atrasos em planos da Petrobras como um dos motivos.

Segundo a agência, a demanda por tubos e peças de aço pode não melhorar tão rapidamente depois deste ano, como era projetado anteriormente, devido às incertezas sobre a recuperação do mercado em meio à persistência dos baixos preços do petróleo.

A S&P afirmou o rating da companhia de longo prazo em “BB+”, mas alertou que sua visão para o futuro é mais pessimista. “Por isso, vemos espaço limitado para os ratings atuais da Vallourec”, disse a agência.

A S&P aponta que a possível melhora da demanda em 2016 e 2017 pode não ser suficiente para manter as métricas de crédito da companhia em linha com os ratings atuais.

“Em linha com nossas expectativas, notamos que a Petrobras, uma das maiores clientes da Vallourec, anunciou em seu plano de investimento de longo prazo que os principais projetos no pré-sal, ao contrário de outras divisões, não serão afetados pelo corte nos investimentos”, disse a S&P.

Ainda assim, a agência lembra que várias empreiteiras e fornecedoras da companhia precisaram entrar em recuperação judicial em meio às investigações de corrupção da Operação Lava-Jato, criando problemas que atrasaram os planos da Petrobras.

“Vemos riscos de novos atrasos, que podem pressionar ainda mais o crescimento da demanda que esperávamos para a Vallourec em 2015 e 2016. A demanda deve crescer em 2017 e 2018, quando a Petrobras vai acelerar os investimentos para atingir as metas de produção”, completou a agência.

Ternium vê lucro recuar mais de 68% no segundo trimestre

06/08/2015 – Fonte: Valor Econômico

A siderúrgica Ternium viu seu lucro líquido atribuível a controladores cair 68,2% no segundo trimestre, frente a igual período do ano passado, e chegar a US\$ 41 milhões. O resultado veio com margens piores em siderurgia e a falta do balanço da controlada brasileira Usiminas.

Nos três meses, a receita líquida do grupo recuou 9,4%, para US\$ 1,99 bilhão. As vendas de aço, contudo, subiram 1,7%, para 2,4 milhões de toneladas, enquanto as de minério de ferro ficaram 7,5% menores, em 873,4 mil toneladas.

O faturamento com siderurgia, porém, diminuiu. A queda foi de 11,3%, para US\$ 824 por tonelada, sendo que no caso da área de mineração houve baixa de 35,2%, para US\$ 57 a tonelada.

As margens foram comprimidas no período porque a Ternium reduziu em apenas 4,2% os custos — em ritmo mais lento do que a queda na receita —, para US\$ 1,69 bilhão, e cortou em 3,9% as despesas gerais e administrativas, para US\$ 204,8 milhões.

O desempenho levou o lucro operacional a US\$ 103,1 milhões, recuo de 55,4%. O resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) foi a US\$ 212,2 milhões, queda de 36%.

Pesou ainda sobre o balanço a elevação de 61,3% dos impostos sobre o lucro, que fecharam em US\$ 31,3 milhões. Além disso, o prejuízo registrado por equivalência patrimonial foi de US\$ 1,1 milhão, quase três vezes as perdas contabilizadas no segundo trimestre do ano passado.

"A participação nos resultados por equivalência patrimonial que cabe à companhia, referente ao balanço do segundo trimestre da Usiminas, não foi considerado porque as demonstrações financeiras da Usiminas não foram disponibilizadas publicamente", declarou a empresa, em nota que acompanhou o resultado. A divulgação do balanço da Usiminas está prevista para a quinta-feira, dia 6.

Vale é destaque de alta no Ibovespa e dólar está na casa de R\$ 3,46

06/08/2015 – Fonte: Valor Econômico

As ações da Vale reagem em alta a notícias vindas da China e são destaque de valorização no Ibovespa, que subia 0,38% por volta das 10h15. Vale PNA ganhava 1,74% e Vale ON subia 2,1%.

No fim da segunda-feira, as bolsas de Xangai e Shenzhen anunciaram a revisão de regras quanto a vendas a descoberto, de forma a conter a volatilidade.

Sob as novas regras, quem realiza vendas a descoberto deve esperar ao menos um dia para cobrir as suas posições e pagar os empréstimos assumidos para a compra de ações. Anteriormente, os investidores podiam cobrir as suas posições no mesmo dia, uma prática que os reguladores consideravam que contribuía para um "grau anormal de volatilidade".

Do lado do câmbio, o dólar comercial avançava 0,31%, saindo a R\$ 3,4643.

Usiminas amplia prejuízo no ano e faz baixa contábil por preço do minério

06/08/2015 – Fonte: Reuters

A siderúrgica Usiminas ampliou no segundo trimestre em mais de três vezes o prejuízo dos três primeiros meses do ano, afetada pela crise do mercado de aço e por baixa contábil na unidade de mineração por conta de piora nas expectativas sobre preços futuros do minério de ferro.

A empresa teve prejuízo líquido de 781 milhões de reais no período de abril a junho, ante resultado positivo de 129 milhões de reais no mesmo período de 2014 e prejuízo de 235 milhões no primeiro quarto deste ano.

A companhia reconheceu no balanço redução de 985 milhões de reais no valor de seus direitos minerários, sendo 868 milhões de reais na Mineração Usiminas e 117 milhões de reais na Usiminas.

"O valor em uso na unidade de mineração foi atualizado para refletir as melhores estimativas da administração sobre o preço futuro do minério, com base em projeções de

mercado", disse a empresa. "Os preços projetados para o minério de ferro foram entre 57 dólares a tonelada e 74 dólares", acrescentou a empresa.

Em seu relatório de resultados, a Usiminas citou a queda significativa dos preços do minério de ferro desde o início de 2015, devido à diminuição das expectativas em relação ao crescimento global, decorrente da menor atividade na China, aliado ao aumento da capacidade de produção da Austrália.

Os preços do minério de ferro acumulam queda de cerca de 30 por cento desde o início do ano, indo de 71,2 dólares a tonelada no fim de 2014 para 56,30 dólares nesta quinta-feira, segundo o índice do mercado à vista na China.

O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) da Usiminas ficou negativo em 755 milhões de reais, ante resultado positivo de 538 milhões no segundo trimestre do ano passado, também afetado pela baixa contábil. Em termos ajustados, o Ebitda foi de 227 milhões de reais no segundo trimestre, queda anual de quase 59 por cento.

A receita líquida somou 2,7 bilhões de reais, queda de 13 por cento ano contra ano, sendo que o mercado interno representou 76 por cento do total, diante de uma participação de 88 por cento um ano antes.

A receita foi afetada por uma forte queda de 17,2 por cento do volume de vendas de minério de ferro, para 1,2 milhão de toneladas, e dos preços. "Embora tenha havido uma desvalorização cambial média de 7,1 por cento no período, houve queda de 15,5 por cento no preço PLATTS médio do minério de ferro", disse a empresa.

Também houve baixa do volume de vendas de aço, que somou 1,27 milhão de toneladas, queda de 12,4 por cento na mesma base de comparação. Houve baixa de 23,2 por cento no mercado interno, parcialmente compensada pela alta de 3,1 por cento no preço médio de aço no mercado doméstico e aumento de 181,7 por cento das exportações.

A margem Ebitda ficou negativa em 28,2 por cento, ante indicador positivo de 17,3 por cento na mesma etapa de 2014, enquanto a margem bruta ficou em 3,9 por cento no período, forte queda frente aos 10,8 por cento do segundo trimestre de do ano passado.

A empresa, por outro lado, melhorou seu resultado financeiro principalmente em função da valorização do real frente ao dólar. O resultado financeiro ficou negativo em 40,6 milhões de reais no trimestre, diante de 58,5 milhões de reais negativos um ano antes.

A Usiminas terminou o trimestre passado com dívida líquida de 4,7 bilhões de reais e a relação dívida líquida sobre Ebitda aumentou para 3,7 vezes ante 1,7 vez no final de junho do ano passado.

Diante o salto na alavancagem, a empresa afirmou que conseguiu no final de junho aceitação de credores para descumprir métricas de endividamento previamente acordadas.